

## **As Causas da Falência do Modelo Económico no Porto Santo durante o Século XIX**

### Reasons for the Failure of Porto Santo's Economic Model during the 19<sup>th</sup> Century

*Luís Pedro Branco*<sup>1</sup>

#### **Resumo**

A história do Porto Santo durante o século XIX está marcada por inúmeros episódios de contração económica. O modelo assente na exploração dos recursos naturais falhou, recorrentemente, por diversas razões. As mais evidentes são a escassez de recursos hídricos e a falta de investimento para a modernização tecnológica da exploração agrícola. A economia da ilha era também condicionada por profundas deficiências nas vias de comunicação que possibilitassem o transporte de mercadorias em veículos de tração animal com rodas. As ligações marítimas com a Ilha da Madeira eram precárias, mas muito importantes, por representarem o único meio de transporte para o principal mercado de venda dos excedentes produzidos e de compra de bens essenciais, sendo que este fator também se revelou como uma condicionante ao crescimento económico e ao desenvolvimento da população.

A exploração mineira de pedra de cal e das salinas apresentava grande potencial e representou uma importante fonte de rendimento para a população, mas estas atividades também encontraram entraves que impediram a sua continuidade.

**Palavras-chave:** História Económica; Porto Santo; Século XIX; Exploração Agrícola; Minas de Pedra de Cal; Salinas; Fome.

---

<sup>1</sup> Licenciado em Gestão (2005) pela Universidade da Madeira, Mestre em Ciências Empresariais (2009) pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, com a dissertação *Book-to-Market e Dimensão como Características das Rendibilidades das Acções – Evidência em Alguns Índices Europeus*; Doutorando em Ilhas Atlânticas, Património, Cultura e Enquadramento Jurídico-Institucional pela Universidade da Madeira. Contacto: [lpedrobranco@gmail.com](mailto:lpedrobranco@gmail.com).

### **Abstract**

Porto Santo's history during the 19<sup>th</sup> century is marked by numerous episodes of economic contraction. The model based on the exploitation of natural resources has repeatedly failed for several reasons. The most evident are the deficiency of water resources and the lack of investment in technological modernization of the farming activity. The island's economy was also conditioned by profound deficiencies in roads, which made the transportation of goods in wheeled animal-drawn vehicles difficult. The maritime connections with the island of Madeira were precarious, but very important as they represented the only means of transport for the sale of produced surplus and for the purchase of essential goods, which revealed itself as a constrain to the economic and populational growth constrain.

Limestone mining and salt pans showed great potential in generating an important source of income for the population, but these activities also encountered obstacles that barred their continuity.

**Keywords:** Economic History; Porto Santo; 19<sup>th</sup> Century; Farming Activity; Limestone Mining; Salt Pans; Hunger.

## **Introdução**

Durante o século XIX, Portugal foi palco de um grande número de alterações estruturais, como o desenvolvimento dos transportes, a modernização das instituições, o alargamento e o aperfeiçoamento do sector primário. Foi durante este período que foram também encetados os primeiros passos para o desenvolvimento do sector secundário. No entanto, Portugal foi forçado a se especializar na exploração agrícola, para se conseguir afirmar enquanto país exportador. Esta estratégia foi prejudicada porque boa parte das suas exportações eram enviadas para Inglaterra, país com o qual não existia proteccionismo alfandegário<sup>2</sup>.

O modelo económico na Madeira também tinha por base a agricultura. O modelo estava alicerçado em duas atividades principais: uma agricultura de subsistência familiar que, por vezes, possibilitava algum rendimento extra através da venda de excedentes; e uma outra mais vocacionada para a exportação, onde se verifica uma predominância das culturas da vinha e da cana-de-açúcar.

Durante o século XIX, a economia do Porto Santo também se encontrava baseada no sector primário, com a diferença de que a produção de vinho se destinava, praticamente na sua totalidade, ao consumo local, sendo que só algum excedente era vendido para a Madeira. O vinho do Porto Santo, rico em açúcar, era usado

---

<sup>2</sup> REIS, 1984, «O atraso económico português [...]», p. 9.

para fornecer a glicose destinada a afinar e adoçar os melhores vinhos da Madeira destinados à exportação<sup>3</sup>.

No Porto Santo também se produziam cereais de sequeiro (cevada, trigo, centeio, milho e lentilhas), mas as dificuldades relacionadas com a falta de água fizeram com que a sua produção sofresse grandes variações ao longo do tempo, visto se encontrarem muito dependentes das condições climatéricas para obtenção de águas para rega<sup>4</sup>.

A História do Porto Santo é marcada por inúmeros episódios de contração económica, provocados por longos períodos de seca. A ilha era pobre em águas, e durante o século XIX a sua população tinha unicamente as fontes da Areia, a do Tanque e a da Fontinha, para se abastecer<sup>5</sup>. A fonte do Tanque foi inúmeras vezes descrita como a mais abundante, e fornecia água para algumas das culturas mais próximas da vila, onde se situavam as principais explorações agrícolas<sup>6</sup>. No entanto, a falta de meios para a distribuição da água de rega fazia com que as culturas mais afastadas destas fontes, estivessem mais vulneráveis à falta de água durante os maiores períodos de seca.

Da leitura dos vários livros das vereações do município do Porto Santo durante o século XIX, denota-se a ausência de iniciativas públicas e privadas para uma modernização da tecnologia na agricultura, que tivessem como objetivo potenciar o aumento da disponibilidade de água de rega durante os períodos de seca.

A falta de água não foi o único fator a contribuir negativamente para o desenvolvimento económico da ilha. A falta de vias de comunicação, bem como as precárias ligações marítimas com a Ilha da Madeira, que era o principal mercado de venda de excedentes e de compra de bens essenciais, também se revelou uma desvantagem para o crescimento económico e desenvolvimento da sua população.

Outro fator que contribuiu para a fraca atividade económica verificada durante o período em estudo, foi a falta de ligações com o exterior, sendo que as suas ligações comerciais faziam-se unicamente com a Ilha da Madeira<sup>7</sup>.

---

<sup>3</sup> CÂMARA, 2002, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, p. 91.

<sup>4</sup> VIEIRA & RIBEIRO, 1989, *Anais do Município do Porto Santo*, pp. 56-57.

<sup>5</sup> VIEIRA & RIBEIRO, 1989, *Anais do Município do Porto Santo*, p. 43.

<sup>6</sup> Como, por exemplo, em Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), Governo Civil, liv. 536, fl. 21, ABM, Câmara Municipal do Porto Santo e Administração do Concelho do Porto Santo (doravante ABM, CMPST), liv. 79, fl. 25v. e ABM, CMPST, liv. 79, fls. 21 e 50.

<sup>7</sup> ABM, Governo Civil, liv. 536, fl. 39. O fólio contém a correspondência trocada com a Câmara Municipal do Porto Santo, onde se encontra descrita a dificuldade das ligações marítimas com a Ilha da Madeira e a sua importância, visto ser a única ligação existente.

Uma alternativa importante de fonte de rendimento e de ocupação da população ativa do Porto Santo, foi a extração de pedra de cal. Este minério era abundante na ilha e de grande qualidade<sup>8</sup>. Como veremos mais adiante, para além de não se encontrar particularmente suscetível às variações climatéricas, a sua extração e transformação também sofreu importantes condicionantes que impediram o seu maior desenvolvimento.

Encontramos também outras atividades económicas importantes, como a exploração de salinas que, por diversas razões analisadas mais adiante, também sofreram constrangimentos que impediram o seu sucesso<sup>9</sup>.

Todas estas condicionantes contribuíram para uma fraca evolução demográfica durante quase toda a centúria, algo que pode ser verificado através da análise do quadro 1. A primeira metade de oitocentos foi muito gravosa para o Porto Santo, pois entre épocas de redução populacional e de estancamento, apresentou um saldo médio negativo até ao último quartel do século XIX. Verificamos uma evidente inversão da tendência em 1878, no entanto, a baixa densidade populacional foi uma constante durante toda a centúria. Como evidencia Teresa Rodrigues Veiga no seu livro *A População Portuguesa no Século XIX*, a população do Porto Santo foi sempre inferior a 50% da população residente do concelho mais pequeno da Ilha da Madeira – Porto Moniz<sup>10</sup>. Esta característica, para além de ser uma das consequências da falta de perspetivas futuras e da baixa potencialidade de desenvolvimento económico da ilha, acaba também por ser um fator limitador, pela dificuldade de se estabelecerem dinâmicas socioeconómicas capazes de contribuir para um crescimento efetivo.

## Exploração Mineira

Uma importante fonte de rendimento e de ocupação da população ativa do Porto Santo, foi a extração de pedra de cal. Este minério, que se encontrava num dos ilhéus adjacentes à ilha, era abundante e de grande qualidade. Tinha como vantagem não se encontrar muito suscetível às variações climatéricas, pelo que o sucesso da sua operação dependia essencialmente da concorrência da cal importada pela Madeira, a países estrangeiros e de outros pontos de Portugal, e das ligações marítimas com a Madeira para escoamento do produto.

---

<sup>8</sup> VIEIRA & RIBEIRO, 1989, *Anais do Município do Porto Santo*, p. 22.

<sup>9</sup> VIEIRA & RIBEIRO, 1989, *Anais do Município do Porto Santo*, e SILVA & MENESES, 1978, *Elucidário Madeirense*, vol. III, pp. 214-216.

<sup>10</sup> VEIGA, 2004, *A População Portuguesa no Século XIX*, pp. 20-32.

Do livro de registo de minas, da Câmara Municipal do Porto Santo<sup>11</sup>, podemos verificar que maior parte dos registos para exploração dizem respeito à extração de pedra de cal no Ilhéu de Baixo. No início do século XX, surgem alguns pedidos para extração de ferro e de outros minerais no sítio do Pé da Rocha, vertente sul do Pico Juliana e Pico do Castelo. Foi igualmente durante o primeiro quartel do século XX que surgem os primeiros pedidos de exploração de águas minerais. Este projeto de exploração teve início ainda no século anterior, quando, em 1893, a Escola Nacional de Minas de Paris estudou as águas da fonte do sítio da Fontinha e concluiu que estas podiam ser incluídas na categoria de águas bicarbonadas e sulfato-sódicas<sup>12</sup>. No entanto, não iremos considerar a exploração das águas porque apesar deste projeto ter tido início no período em estudo, foi suspenso e a sua exploração só foi retomada na primeira década da centúria seguinte por João Augusto de Pina, natural e morador do Funchal<sup>13</sup>.

Encontramos também referência à exploração de minas de manganês, de ferro e de outros minérios, mas dado o pequeno número de novos pedidos de exploração deste tipo de minas, podemos inferir que ou as minas eram de baixa qualidade ou os custos da sua extração eram demasiadamente elevados.

#### A Extração da Pedra de Cal e Produção de Cal

As origens da extração da pedra de cal na ilha do Porto Santo remontam ao século XVIII<sup>14</sup>. A documentação existente até a segunda metade do século XIX é escassa, mas permite-nos perceber que no Ilhéu da Cal já existiam inúmeras explorações, sendo frequentes os pedidos de novas explorações, bem como solicitações para construção de fornos para a transformação dessa matéria-prima em cal.

Como podemos verificar no quadro 2, a maior parte dos pedidos de registo de minas durante as últimas duas décadas do século XIX, foram atribuídas a naturais da Ilha da Madeira, que em alguns casos eram possuidores de fornos, como é o caso de

---

<sup>11</sup> ABM, CMPST, liv. 124. Este livro procurou executar a portaria de 2 de abril de 1868. Por essa portaria, no seu artigo primeiro, todos os municípios e seus respetivos distritos deveriam utilizar um livro especialmente destinado ao registo de minas, numerado e rubricado pelo presidente da Câmara. A mesma determina que este registo deveria especificar os detalhes dos descobrimentos de novas minas, declarando-se o registador, o local, o dia e a hora do registo, sem espaço em branco entre os registos. A portaria encontra-se publicada no *Diario de Lisboa*, 04-04-1868, n.º 77, p. 647.

<sup>12</sup> SILVA & MENESES, 1978, *Elucidário Madeirense*, vol. II, p. 40.

<sup>13</sup> RIBEIRO, 1997, *Porto Santo* [...], p. 114

<sup>14</sup> RIBEIRO, 1997, *Porto Santo* [...], p. 24.

António Joaquim de Freitas, que detinha um forno de cal e um depósito de carvão no Funchal<sup>15</sup>. A única exceção eram as minas de Lucínio Tomás da Silva Caldeira, natural de Porto Santo, facto que poderá ter diferentes leituras e interpretações. Por um lado, a falta de combustível para alimentar os fornos poderia representar uma barreira à entrada de um maior número de naturais do Porto Santo nesta indústria, sendo que a matéria-prima transformada teria maior valor comercial do que quando vendida em bruto e por transformar. Por outro lado, sendo uma atividade com processos muito demorados e intensiva em mão de obra, implica que o detentor da licença de exploração tivesse liquidez suficiente para suportar os longos processos de extração, transformação e transporte para a Madeira. Importa também referir que seria fundamental que os detentores dessas minas mantivessem ligações comerciais com a Madeira no ramo da construção, para garantir o escoamento do seu produto.

Não nos foi possível determinar a quantidade de pedra de cal extraída durante o século XIX. No entanto, sabemos que representavam uma fonte de receita para a Câmara, como pelo definido na carta de lei de 6 de junho de 1859<sup>16</sup>. A taxa era inicialmente cobrada por cada barcada de pedra retirada do Ilhéu da Cal, e mais tarde, sob forma de imposto que recaía sobre cada tonelada de pedra de calcária extraída<sup>17</sup>.

A extração de pedra de cal no Ilhéu de Baixo era feita em condições muito precárias. O Ilhéu de Baixo, também conhecido por Ilhéu da Cal, situa-se no extremo sudoeste da ilha e é constituído por encostas íngremes que terminam em pequenas ensedas de calhau. A pedra retirada dos vários filões calcários era depois transportada às costas até ao mar, onde se encontravam pequenos barcos que a transportavam até à Ilha do Porto Santo para serem transformadas em cal, ou diretamente transportados para a Ilha da Madeira. Tratava-se de uma atividade muito dura devido à

---

<sup>15</sup> PACHECO, 2020, «A Indústria da Cal no Concelho de São Vicente (Séculos XVII-XX)», p. 500.

<sup>16</sup> Segundo a carta de lei de 6 de junho de 1859, a Direcção de Obras Públicas e Minas compreendia duas repartições: a Repartição de Obras Públicas e a Repartição de Minas, Geologia e Máquinas a Vapor. A Repartição de Obras Públicas estava dividida em quatro secções e a Repartição de Minas, Geologia e Máquinas a Vapor em duas secções. O Decreto de 31 de dezembro de 1868 manteve as duas repartições na Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, alterando apenas o nome da segunda, que passou a ser designada por Repartição de Minas. Com o Decreto de 28 de julho de 1886, a Direcção das Obras Públicas e Minas ficou dividida em três Repartições: Estradas, Obras Hidráulicas e Edifícios Públicos; Caminhos de Ferro; e Minas.

<sup>17</sup> RIBEIRO, 1997, *Porto Santo* [...], p. 33.

orografia do ilhéu, e de certa forma solitária, pois exigia que os ranchos (compostos por cabouqueiros, foguistas, capatazes e carregadores) passassem vários dias isolados no ilhéu<sup>18</sup>.

Para além da grande qualidade do produto extraído, algo identificado por diversos autores<sup>19</sup>, e de ter sido uma atividade que se estendeu durante pelo menos dois séculos, tratava-se de uma atividade com elevados custos, contexto que influenciou o seu abandono. Como descrito anteriormente, uma das principais dificuldades verificadas era a falta de combustível para a transformação da pedra de cal em cal, o que obrigava ao envio da matéria-prima para a Ilha da Madeira para aí ser transformada. Como veremos mais adiante, durante o século XIX, o Porto Santo tinha poucas áreas arborizadas, pelo que não disponha de lenha em quantidade suficiente para alimentar os vários fornos necessários à indústria da cal.

A calcinação da matéria-prima é um processo exigente, uma vez que os fornos têm de ser mantidos a temperaturas elevadas e constantes, entre 900 °C e 1000 °C, para garantir a qualidade do produto final. Este processo exige uma grande quantidade de combustível e, por esse motivo, era necessário recorrer à lenha da Ilha da Madeira para a transformação da cal, sendo que depois de transformada o valor comercial era superior. No final do século XIX foi utilizado carvão mineral para transformação da pedra de cal, mas a utilização desse recurso elevou o preço final da cal, reduzindo as margens de rentabilidade dos produtores, o que tornava o produto menos competitivo relativamente à cal importada do reino e do estrangeiro. A importação de cal a preços mais baixos, representou, também, um outro fator que contribuiu decisivamente para o abandono desta atividade.

Depois de transformada, ou ainda por transformar, a cal do Porto Santo destinava-se ao uso local e o excedente era sempre enviado para a Madeira. O transporte era realizado em embarcações de *boca aberta* que navegavam sobretudo à vela, sendo que a viagem estava muitas vezes condicionada às condições atmosféricas e ao estado do mar. Os acidentes somaram-se ao longo do século, sendo inúmeros os relatos de naufrágios e de acidentes com tripulantes e passageiros caídos ao mar. Estes acidentes mereceram a preocupação de Lisboa que, na sessão de 3 de julho de 1848, na Câmara dos Pares foi apresentado um parecer no sentido de «animar

---

<sup>18</sup> NEVES, 1993, «Aproveitamento de um Recurso Natural do Porto Santo [...]», pp. 134-135.

<sup>19</sup> NEVES, 1993, «Aproveitamento de um Recurso Natural do Porto Santo [...]», p. 135 RIBEIRO, 1997, *Porto Santo [...]*, p. 23; SILVA & MENESES, 1978, *Elucidário Madeirense*, vol. III, p. 111.



a construção de navios de coberta, para se empregarem no commercio de umas para outras ilhas, em logar dos barcos abertos, cuja navegação é arriscadíssima.»<sup>20</sup> Este parecer resultou na apresentação de um projeto de lei que equipararia os barcos cobertos que faziam a ligação entre ilhas (Açores, Madeira e Porto Santo) aos restantes barcos costeiros, relativamente ao pagamento de direitos. Esta proposta visava tornar mais vantajosa a utilização de embarcações cobertas para o comércio e representava uma melhoria na qualidade e segurança das viagens entre ilhas. Desta forma, pretendia-se incentivar o comércio entre as ilhas, diminuindo o custo dos fretes nas atividades cujas margens de lucro eram já reduzidas. A lei foi aprovada no dia 16 de janeiro de 1849<sup>21</sup>, mas não obteve grande adesão, visto que os proprietários dos barcos de cabotagem, que também estavam associados à produção e transporte de uvas e vinho, passavam por momentos de falta de liquidez devido à praga do oídio que devastava as vinhas desde 1846<sup>22</sup>.

A questão da segurança na navegação entre as ilhas era frequente nas sessões das cortes, sendo que em 1850, chegou-se a proibir a navegação entre ilhas em barcos descobertos<sup>23</sup>.

Para além das questões da segurança, durante o inverno as ligações entre as ilhas eram muito escassas pelas condicionantes atmosféricas, sendo que poderiam passar mais de três meses sem que houvesse ligações entre ilhas<sup>24</sup>. Isto dificultava não só o comércio entre as ilhas com o envio de bens essenciais não produzidos no Porto Santo e escoamento do excesso de produção, como também influenciava negativamente a correspondência e o envio de doentes que necessitassem de tratamentos só disponíveis na Ilha da Madeira.

Como já foi abordado anteriormente, o estado de desflorestação das serras e montes do Porto Santo também representou um entrave ao desenvolvimento desta indústria. Os *Anais do Município do Porto Santo* indicam que, no início do século XIX, a falta de lenha para alimentar os fornos era muito grande, a ponto de se verificarem furtos de sebes, de árvores e parreiras para alimentar os fornos. Para ultrapassar este entrave, os barcos que transportavam a pedra de cal para a Madeira, na viagem de

---

<sup>20</sup> *Diário do Governo*, 04-09-1849, n.º 208, p. 1131.

<sup>21</sup> *Diário do Governo*, 18-01-1850, n.º 16, p. 70.

<sup>22</sup> CÂMARA, 2002, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, pp. 89-120.

<sup>23</sup> VIEIRA & RIBEIRO, 1989, *Anais do Município do Porto Santo*, pp. 61-62.

<sup>24</sup> ABM, *Governo Civil*, liv. 536, fl. 39.



regresso traziam lenha para alimentar os fornos. A utilização de lenha da Madeira, ou o envio da pedra de cal para ser transformada na Madeira, era uma prática já habitual que remontava ao século XVIII, e que causava preocupação às entidades locais, que tiveram de adotar medidas a proibir a laboração dos fornos a lenha, o que também contribuiu para atrasar o desenvolvimento dessa atividade comercial tão necessária para muitas famílias e para o município do Porto Santo.

Como veremos, a preocupação com a desflorestação do Porto Santo e a consequente falta de combustível para os fornos foi muito presente ao longo do século XVIII. O n.º 5 do alvará de 13 de outubro de 1770 vem permitir essa prática, sendo que o Governador da Ilha do Porto Santo solicita madeiras, recorrentemente, ao Governador Civil ao abrigo desse instrumento legal<sup>25</sup>. Adicionalmente, verificam-se iniciativas para plantação de pinheiros, cujo insucesso é reportado ao Governador Civil pela falta de chuvas, pela existência de gados nos terrenos cultivados e por não abundarem os terrenos próprios para a sua plantação<sup>26</sup>.

## **Salinas**

O elevado grau de salinidade das águas do mar do Porto Santo, poderia prever uma situação privilegiada para a extração de sal das águas do mar. A referência mais antiga que encontramos sobre esta indústria, foi registada nos *Anais do Município do Porto Santo* e refere-se a umas salinas de Isidoro da Silva, madeirense estabelecido no Porto Santo, que explorava umas salinas na costa sul, próximo do centro da Vila Baleira, no sítio da Fontinha, «das quais ele não tem tirado grandes lucros, à vista da despesa enorme que fez e é continuamente obrigado a fazer.»<sup>27</sup> Para além desta referência, verificamos a realização de autos de arrematação da renda das salinas do Ilhéu de Fora, e de outras na costa norte da ilha, no Sítio das Marinhas. Durante a primeira década do século XIX, os valores arrematados pela Câmara denotam uma forte atividade, que suscitou inclusivamente o interesse de alguns naturais da Ilha da Madeira. Avaliando pelos valores arrematados das rendas das salinas, e da análise do gráfico 1, podemos concluir que as salinas do Ilhéu de Fora seriam as mais produtivas, apesar da dificuldade na sua exploração. O Ilhéu de Fora é um dos mais distantes da

---

<sup>25</sup> ABM, Governo Civil, liv. 536, fl. 11v.

<sup>26</sup> ABM, Governo Civil, liv. 536, fls. 17v. e 19v.

<sup>27</sup> VIEIRA & RIBEIRO, 1989, *Anais do Município do Porto Santo*, p. 25.

ilha, sendo que a sua exploração e transporte teria de ser feita de barco. Não foram encontrados registos da venda do sal do Porto Santo na Ilha da Madeira, o que pode indicar que o resultado da sua exploração se destinava essencialmente ao consumo local. Verificamos a ausência de autos de arrematação das salinas durante os períodos de crise alimentícia identificados adiante, o que é consistente com o destino do produto da exploração, como pode ser verificado no quadro 3.

No fim do século XIX, verificamos uma importante iniciativa privada, quando em 1890, foi empreendida uma nova tentativa de extração de sal, através da construção das marinhas da Serra de Fora. Estas marinhas não deram o rendimento esperado por deficiências verificadas na sua construção e por os mecanismos necessários à elevação da água para os reservatórios que se situavam acima do nível do mar serem dispendiosos<sup>28</sup>.

O insucesso das várias tentativas empreendidas ao longo do tempo, levaram ao aumento da incredibilidade da população neste tipo de exploração, o que resultou no abandono da atividade.

## **Produção Agrícola**

Dedicamos maior atenção e detalhe a esta atividade, dada a sua relevância no panorama económico e social do período em estudo, e pela sua importância numa ilha de poucos recursos, muito isolada, onde se verifica uma proporcionalidade direta entre a produção agrícola e a sobrevivência das gentes daquela ilha.

### Caracterização da Atividade Agrícola no Reino e na Madeira

A atividade agrícola e o comércio externo com ela relacionado caracterizam a sociedade portuguesa do século XIX, sendo que a vitivinicultura adquiriu relevo no comércio externo numa proporção inédita<sup>29</sup>.

A base da economia da Madeira até ao fim do século XIX sempre foi a agricultura. Uma agricultura de subsistência familiar que convive com a da vinha e do vinho, mais vocacionada para a exportação. A vitivinicultura assumiu particular importância no processo económico e social da ilha, pelo papel que teve durante

---

<sup>28</sup> SILVA & MENESES, 1978, *Elucidário Madeirense*, vol. III, pp. 214-216.

<sup>29</sup> PEREIRA, s.d., *Diversidade e Crescimento Industrial*, p. 1.

os períodos de grande expansão e desenvolvimento, sendo que este também foi o principal fator que contribuiu para as épocas de retrocesso e de instabilidade económica.

Durante o período em estudo, agricultura madeirense apresentou grandes dificuldades devido à falta de infraestruturas capazes de potenciar um desenvolvimento agrícola harmonioso em toda a ilha. Um dos principais fatores que minava o desenvolvimento económico e social da ilha era a inexistência de uma rede viária de ligação entre as diferentes freguesias do distrito. As ligações faziam-se muitas vezes por veredas curtas, perigosas e sinuosas, o que, na sua maioria, condicionavam a vida das populações e dificultavam o comércio. Só na segunda década do século XX, é que a Madeira apresentou melhorias na sua rede viária, sendo que, até esse momento, a situação viária sofrera avanços e retrocessos<sup>30</sup>, tendo por base um plano viário desenhado na década de 60, que só se começou a concretizar a partir de 1887, através da carta de lei de 21 de julho de 1887<sup>31</sup>.

#### A Produção Agrícola no Porto Santo

No Porto Santo produzia-se essencialmente, vinho, cevada, trigo, centeio, milho e lentilhas. A produção era muitas vezes insuficiente para as necessidades de consumo da sua população, não pela infertilidade dos terrenos nem pelo ócio da sua população, mas pela falta de água de rega, algo que era agravado pelos longos períodos de seca. O quadro 4 resume a produção de vinho e cereais no Porto Santo entre 1834 e 1862. Tendo em conta as ajudas em cereais enviadas para o Porto Santo em 1850, podemos verificar pela análise do gráfico 2, que poucos foram os anos em que a produção superou largamente a quantidade necessária para evitar períodos de fome.

A cultura do vinho e dos cereais não competiam entre si porque a cerealicultura era menos rentável<sup>32</sup> e estava muitas vezes relacionada com o autoconsumo e com a alimentação do gado.

---

<sup>30</sup> CÂMARA, 2002, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, p. 44.

<sup>31</sup> A carta de lei de 21 de julho de 1887 disponibilizou verbas para a conclusão de estradas reais e distritais por um período de 18 anos, in MOTA, 2016, «Rede Viária: A prioridade da administração distrital», p. 129.

<sup>32</sup> MARTINS, 2012, «A Agricultura», p. 223.

Este modelo económico, baseado na agricultura, foi reforçado em meados do século XVIII, durante o reinado de D. José I (1750-1777), através de uma Carta Régia, datada de 13 de outubro de 1770<sup>33</sup>, que deu um impulso à agricultura no Porto Santo, mandando distribuir aos agricultores bachelos para serem plantados em terrenos arenosos não produtivos para outras culturas. Segundo os *Anais do Município do Porto Santo*, estes terrenos situavam-se no centro da ilha, na zona onde hoje se encontra construído o Aeroporto do Porto Santo. Para operacionalizar esta iniciativa, foram enviados homens da Ilha da Madeira, pagos pela Coroa, para distribuir os bachelos e auxiliar na sua plantação. A produção de vinho teve um impulso efetivo, sendo que, em 1779, já chegava à Ilha da Madeira vinho e aguardente provenientes do Porto Santo<sup>34</sup>. O vinho do Porto Santo, por ser mais rico em açúcar, era transformado em vinho surdo (jeropiga) e usado para fornecer a glicose necessária ao vinho da Madeira por forma a afinar e adoçar os melhores vinhos para exportação<sup>35</sup>.

O problema da falta de água era já uma preocupação conhecida, sendo que a Carta Régia de 13 de outubro de 1770, obrigava todos os agricultores do Porto Santo a plantarem árvores nos limites das suas terras e nos leitos dos ribeiros. Esta medida pretendia garantir a infiltração das águas da chuva e assim evitar as comuns inundações que, através do escoamento superficial das águas lavavam os terrenos, deixando-os menos produtivos. Conhecemos algumas pequenas levadas particulares para aproveitamento das águas da chuva, mas a sua existência criava diversas contestações por se cruzarem com alguns dos caminhos, causando a sua degradação.

No entanto, esta medida também acabou por não surtir o efeito desejado, uma vez que a falta de alimento para o gado e de mato para combustível dos fornos de cal, levou a que a proibição de abate de árvores emanada na Carta Régia de D. José I não tivesse sido acatada, existindo relatos de invasões clandestinas a propriedades agrícolas para o corte de parreiras de vinha para alimentar os fornos e do roubo de cereais para alimentar o gado<sup>36</sup>.

A forma como o gado era criado na ilha também representou um problema para a produção agrícola. Em 1800, este era já um assunto de preocupação da

---

<sup>33</sup> SILVA, 1829, *Collecção da Legislação Portuguesa*, pp. 499-501.

<sup>34</sup> VIEIRA & RIBEIRO, 1989, *Anais do Município do Porto Santo*, p. 42.

<sup>35</sup> CÂMARA, 2002, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, p. 91.

<sup>36</sup> VIEIRA & RIBEIRO, 1989, *Anais do Município do Porto Santo*, p. 47.

vereação<sup>37</sup>. São relatados os problemas com a existência de gado (essencialmente ovino e caprino) sem zonas de pasto definidas, que acabavam por destruir grandes extensões de terrenos plantados. Este assunto foi recorrente e já tinha sido objeto de uma postura introduzida em 1796<sup>38</sup>. A postura determinava o envio do gado caprino para os ilhéus de Ferro e de Fora devido aos danos que estes faziam às plantações dos lavradores. Pudemos verificar que este problema é persistente ao longo do século XIX, pois foram encontrados editais<sup>39</sup> que impõem a recolha do gado e a limitação dos pastos aos locais especificamente destinados para o efeito. Segundo os *Anais do Município do Porto Santo*, o gado bovino e caprino existente na ilha, seria suficiente para alimentar a população, mas o seu consumo era muito reduzido, pois a população não tinha poder de compra, fazendo que a melhor carne produzida no Porto Santo fosse vendida para a Madeira.

Pelas razões anteriormente enunciadas, durante o período em estudo, foram identificados dez períodos de fome.

#### Os Efeitos dos Períodos de Seca na Produção Agrícola e os Consequentes Períodos de Fome

Definimos como períodos de fome, os períodos de penúria, miséria, insegurança alimentar grave e falta de alimento necessário à sobrevivência da população, que acabam por levar a pedidos de ajuda externa. Só durante as décadas de 60 e 90 do século XIX é que não foram encontrados registos de pedidos de auxílio por falta de alimentos. A primeira do século verificou-se em 1802, seguindo-se as de 1806, 1815, 1816, 1823, 1829, 1832, 1847, 1850 e 1878. As consequências destes períodos de fome arrastaram-se durante alguns anos, pois as produções dos anos seguintes tinham de ser reservadas para o pagamento dos empréstimos feitos em forma de alimentos.

Para melhor compreensão de como ocorreram e da forma como foram prestados auxílios à população, dividimos estes períodos em quatro partes diferentes, pela forma de auxílio e pela sensibilidade relativa ao problema da fome no Porto Santo, uma vez que esta se foi alterando significativamente ao longo do século. Os períodos identificados destacam-se pela forma de auxílio, pela visibilidade dos problemas

---

<sup>37</sup> ABM, CMPST, liv. 168, fls. 40-40v.

<sup>38</sup> ABM, CMPST, liv. 131, fl. 23.

<sup>39</sup> ABM, CMPST, liv. 170, fl. 56v.

que afetavam a produção agrícola e pelas ações levadas a cabo para os minimizar ou até erradicar os problemas estruturais na produção agrícola. O fator comum aos quatro períodos identificados é a grande frequência de longos períodos de fraca pluviosidade e a falta de capacidade de armazenamento das águas da chuva como forma de ultrapassar esse problema.

#### (I) A Fome no Porto Santo e o Auxílio em Forma de Empréstimos

Os períodos de fome no Porto Santo são anteriores ao século XIX. Encontram-se relatos de fome no Porto Santo desde o século XVII, cuja origem é atribuída aos saques constantes de corsários e piratas. No século XIX, os períodos de falta de alimento tomam outros contornos, sendo sempre motivados por longos períodos de seca que provocavam reduções significativas na produção.

Os períodos de fome mais graves da primeira metade do século foram os de 1802 e 1806, anos em que a ilha recebeu socorros em milho para minimizar o flagelo da fome na ilha<sup>40</sup>. Estas ajudas em espécie, foram dadas em forma de empréstimo, pelo que os habitantes da Ilha do Porto Santo acumularam dívida à Fazenda Nacional que, em 1847, avultava em 4 605\$487 réis<sup>41</sup>. Os esforços para o reembolso do empréstimo começaram a ser feitos em 1809 e duraram cerca de 10 anos, sem que todos os montantes tivessem sido liquidados<sup>42</sup>. Os sucessivos períodos de seca e a dificuldade em exportar o excesso de produção justifica a falta de pagamento do socorro prestado.

Os anos de 1815 e de 1816 foram também assinalados por grandes períodos de seca, que resultaram na esterilidade das terras e na consequente falta de alimentos para os habitantes da ilha. Logo no início do ano de 1815, no mês de janeiro, a Câmara oficiou o padre para fazer uma procissão na capela de São Pedro pela pronunciada seca que já se fazia sentir<sup>43</sup>. Em junho de 1815, a Câmara do Porto Santo enviou um ofício para a Madeira, a informar que a colheita havia sido muito pequena e que os poucos grãos com que ficaram os lavradores se destinavam a sementes para plantio<sup>44</sup>. Neste sentido, a vereação pede ao Governador Civil da Madeira que seja enviado milho para socorro do povo. Logo no mês seguinte, há registo da receção de 30 moios de milho, mas a Câmara considera que seriam necessárias mais ajudas para garantir a sobrevivência do povo. Em outubro de 1815, continuam os pedidos

---

<sup>40</sup> VIEIRA & RIBEIRO, 1989, *Anais do Município do Porto Santo*, p. 40.

<sup>41</sup> *Diário do Governo*, 24-08-1847, n.º 199, p. 795.

<sup>42</sup> Ausência de registo de liquidações em ABM, CMPST, liv. 123.

<sup>43</sup> ABM, CMPST, liv. 170, fl. 54.

<sup>44</sup> ABM, CMPST, liv. 170, fl. 61v.

de ajuda em forma de géneros alimentares para serem distribuídos pela população mais necessitada<sup>45</sup>. Do livro onde se registaram os mantimentos atribuídos em forma de empréstimo à população, podemos verificar que os mantimentos chegaram em março de 1815 e começaram a ser distribuídos até julho desse ano, sem que tivessem sido registadas quaisquer liquidações como pagamento desses empréstimos<sup>46</sup>.

Em 1823 e 1829, o Porto Santo viu-se também numa situação de falta de alimentos que motivou mais socorros vindos da Madeira em forma de empréstimo e também um envio de socorro do Reino. O acumular de dívida pelo envio de socorros acabou por ter reflexos nas colheitas dos anos seguintes. A mão de obra no Porto Santo, era muito escassa e, por isso, era habitual solicitar ao concelho de Santa Cruz, na Madeira, trabalhadores para auxiliar nas colheitas. Esta prática foi limitada nos anos que mediaram as secas de 1823 e 1828, porque os trabalhadores eram normalmente pagos em grão, e isso comprometia o pagamento dos socorros a que a população estava obrigada. Em 1824, o Governador do Porto Santo e Inspetor de Agricultura daquela ilha, pede, pela primeira vez, que não seja permitido o envio de homens para o Porto Santo para auxiliar nas colheitas. Pretendia com esta iniciativa, evitar novos períodos de fome, pois não estaria certo de que as colheitas seriam suficientes para pagar os trabalhadores vindos da Madeira e pagar o auxílio disponibilizado no ano anterior<sup>47</sup>.

## (II) A Fome no Porto Santo e o Auxílio Popular oriundo da Ilha da Madeira

O ano de 1847 foi também um ano de falta de mantimentos. Desta vez, o problema foi transversal às Ilhas da Madeira e do Porto Santo. A situação verificou-se no fim de 1846, quando uma doença na batata (semilha), base da alimentação das populações mais pobres, empurrou estes para uma situação de mendicidade. Este período da História foi particularmente conturbado por um conjunto de transformações jurídicas, económicas e sociais provocadas pelas Revoluções Liberais. A grande mudança para os arquipélagos da Madeira e Açores ocorreu com a Constituição de 1822, quando os arquipélagos deixaram de ser considerados "Ultramar" e passam a ser "Ilhas Adjacentes". Administrativamente, as ilhas deixaram de ser diferenciadas pela sua especificidade, sendo integradas nas soluções adotadas para todo o reino. As reformas introduzidas afetaram largamente a população rural e agrícola,

---

<sup>45</sup> ABM, CMPST, liv. 170, fl. 64v.

<sup>46</sup> Ausência de registo de liquidações em ABM, CMPST, liv. 152.

<sup>47</sup> ABM, Governo Civil, liv. 536, fl. 40v.



motivando a conhecida Revolta da Maria da Fonte na primavera de 1846<sup>48</sup>. Na Madeira e Porto Santo, a situação foi agravada pela falta de bens de primeira necessidade e tomou maiores proporções em maio de 1847 pela crescente falta de alimentos.

A situação de crise de subsistência, pela grande falta de bens de primeira necessidade, levou à criação de uma comissão de socorros públicos, em fevereiro de 1847. A comissão tinha por objetivo a angariação de apoios para compra de alimentos e a sua distribuição pela população faminta. Estas ajudas chegaram também ao Porto Santo pela mão desta mesma comissão. Para além destes apoios de iniciativa popular, o Governo Civil também dispensou fundos dos cofres públicos para adensar a soma arrecadada para o socorro do Porto Santo<sup>49</sup>.

### (III) A Fome no Porto Santo como Motor de Soluções Estruturais

Foi a partir da crise alimentícia de 1847 que se verificou um importante ponto de viragem na forma como o Governo Civil começou a olhar para os problemas do Porto Santo e na forma como o Governo do Reino começou a considerar as dificuldades da Madeira e do Porto Santo. Nos anos seguintes, para além de terem sido anos em que a produção agrícola foi suficiente para livrar a população da fome, as pautas alfandegárias passaram a beneficiar de uma isenção de impostos, direitos e emolumentos por entrada, trânsito ou consumo de cereais de produção nacional, nas importações das ilhas da Madeira e do Porto Santo.

Começaram-se a discutir de forma mais recorrente os problemas estruturais que impediam o desenvolvimento agrícola, sendo que, em 1849, foi constituído por ofício do Governo Civil de 9 de novembro, uma comissão para estradas e caminhos do concelho do Porto Santo, que visava o estabelecimento de um plano de melhoramento das vias do concelho para permitir a circulação de veículos com rodas, a ser apresentado para apreciação camarária<sup>50</sup>. É neste período que verificamos maior incidência de realização de obras públicas, não só com a construção e melhoramento de estradas, mas também de fontes, muros e pontes. Este esforço camarário surge como forma de minimizar os efeitos da crise e evitar a migração da sua população para a Madeira.

---

<sup>48</sup> Também conhecida por Revolta do Minho de 1846. Esta revolta envolveu a expulsão e perseguição de autoridades, sendo os principais visados os administradores do concelho e os juizes de direito. Estas ações geralmente eram acompanhadas pela designação de novas autoridades pelas populações insurretas, in PROENÇA, 2015, *Dicionário de História de Portugal*, vol. 3, pp. 344-346.

<sup>49</sup> VIEIRA & RIBEIRO, 1989, *Anais do Município do Porto Santo*, pp. 54-55.

<sup>50</sup> ABM, CMPST, liv. 2, fl. 11. Os trabalhos desenvolvidos por esta comissão foram estabelecidos em regulamento, aprovado na sessão ordinária de 15 de junho de 1850.

Foi também neste período que se realizaram algumas tentativas de para arborização da ilha, com o objetivo de criar um clima mais propício para as chuvas. O Governo Civil mandou distribuir sementes de pinheiro, sobreiro e carvalho pelos lavradores da ilha, para serem semeados nos terrenos do concelho, mesmo com a oposição camararia, que por experiências anteriores, consideravam que os terrenos do Porto Santo eram impróprios para essas espécies<sup>51</sup>.

#### (IV) A Fome no Porto Santo, a sua Constante Dependência relativamente à Ilha da Madeira e o Início de Auxílio Estrangeiro

A situação durante a segunda metade do século XIX foi em tudo semelhante à anterior, mantendo-se um elevado número de eventos de solidariedade para com o povo do Porto Santo. A grande diferença foi o aumento da visibilidade internacional dos problemas que assolavam a Madeira e o Porto Santo, que deram origem a iniciativas de auxílios originados em países estrangeiros. Pouco tempo depois, em março de 1850, o Porto Santo viveu uma nova crise de alimentos, espoletada por um grande período de seca que afetou duas sementeiras de cereais e gorou quaisquer hipóteses de produção de vinho para esse ano<sup>52</sup>. Prevendo que a situação desse ano iria ser muito difícil, a Câmara do Porto Santo oficiou ao Governador Civil do Distrito para participar ao Governo do estado calamitoso que já se vivia na ilha<sup>53</sup>. O Governador Civil, o conselheiro José Silvestre Ribeiro, foi uma figura de grande relevo na gestão desta crise que também afetou a Madeira pouco tempo depois, pela deflagração do *oidium tuckeri* nas vinhas de ambas ilhas<sup>54</sup>. Este Governador Civil, mandou utilizar-se, dos cofres públicos, dinheiro para a compra de 75 moios de cereais para ajudar da população faminta<sup>55</sup>.

Rapidamente o Governo Civil oficiou a Câmara do Porto Santo para efetuar uma grande empreitada de trabalhos públicos, onde deveria empregar um inspetor geral para supervisionar todos trabalhos, 13 homens para dirigirem os trabalhos nos caminhos públicos, além de 130 homens e 40 rapazes, para cumprir o plano que seria lançado<sup>56</sup>. Na mesma sessão da Câmara de 13 de julho de 1850, em que ficou

---

<sup>51</sup> ABM, CMPST, liv. 2, fl. 12v.

<sup>52</sup> VIEIRA & RIBEIRO, 1989, *Anais do Município do Porto Santo*, pp. 54-55.

<sup>53</sup> A queixa José Silvestre Ribeiro foi feita através do ofício da Câmara, n.º 369, de 9 de fevereiro de 1850, tendo a vereação do Porto Santo recebido uma resposta a 20 desse mês, como se poderá consultar em ABM, CMPST, liv. 2, fl. 19.

<sup>54</sup> *Diário do Governo*, 21-10-1852, n.º 249, p. 1147.

<sup>55</sup> VIEIRA & RIBEIRO, 1989, *Anais do Município do Porto Santo*, p. 55.

<sup>56</sup> ABM, CMPST, liv. 2, fls. 25 e 26.

acordada a publicação dos trabalhos públicos, também ficou definida a forma de administração dos socorros, entretanto recebidos da Madeira.

Como a fome continuava, as expectativas não eram boas, e o socorro do Governo do Reino tardava a chegar. Em setembro de 1850 foram retomadas as missivas anteriormente enviadas à Rainha de Portugal, com o envio de uma terceira exposição explicando «o triste espetáculo que apresenta esta ilha pelo estado calamitoso da terrível secca» que resultou numa situação extrema de fome de grande parte dos habitantes e do gado, sendo necessário acudir com socorros que ascendiam a 30 moios de milho mensais<sup>57</sup>.

Os ecos da crise económica da Madeira e do Porto Santo só se fizeram sentir nas Cortes a partir do final de 1852, pelo continuado agravamento do estado da economia, originado pela destruição do mais importante ramo agrícola e industrial resultante da devastação das vinhas. O Governo enalteceu a iniciativa do Governador Civil da Madeira, através do ofício de 14 de junho de 1851, que dava nota da iniciativa do tesoureiro do distrito em acudir com uma quantia em dinheiro, sob sua responsabilidade pessoal, a fome com que lutavam os habitantes do Porto Santo<sup>58</sup>. O Governo não respondeu ao pedido de ajuda, pois considerou que a iniciativa do Governador Civil daria resposta às necessidades da população do Porto Santo. Esta crise prolongou-se no tempo e, em fevereiro de 1853, deu-se início a subscrições em Londres<sup>59</sup> e noutras praças estrangeiras<sup>60</sup> para acudir à miséria e à fome da população da Madeira e do Porto Santo. À imagem do que aconteceu em 1847, o Governador Civil nomeou uma comissão composta de cinco membros, dos quais três britânicos, cujos objetivos principais seriam: (i) distribuir pelos mais necessitados os socorros provenientes das subscrições abertas nas praças estrangeiras; (ii) procurar melhorar, de forma permanente, a situação dos que mais sofreram com a calamidade que atingiu o arquipélago; (iii) promover a emigração para as colónias inglesas nas Índias Ocidentais onde faltava mão de obra<sup>61</sup>.

---

<sup>57</sup> ABM, CMPST, liv. 2, fl. 31v.

<sup>58</sup> *Diário do Governo*, 03-04-1853, n.º 52, p. 459.

<sup>59</sup> Como verificado em: *Yorkshire Gazette*, 07-08-1852, n.º 1737, p. 3; *Sligo Champion*, 09-08-1852, p. 3; *Manchester Times*, 02-02-1853, n.º 444, p. 4; *Illustrated London News*, 05-02-1853, p. 5; *Freeman's Journal*, 10-02-1853, p. 3; e *Scottish Guardian*, 18-03-1853, p. 3.

<sup>60</sup> Encontramos uma série de artigos no *The New York Times*, entre outubro de 1852 e agosto de 1853, sobre a grave situação que se vivia na Madeira.

<sup>61</sup> *Diário do Governo*, 03-03-1853, n.º 52, p. 259. Os três elementos britânicos seriam George Stoddart, George Hasch e Richard Davies, aos quais se juntou John Howard March, o cônsul norte-americano na Ilha da Madeira, como se poderá consultar em SILVA & MENESES, 1978, *Elucidário Madeirense*, vol. II, p. 38.

Perante uma situação de falta de alimentos e de ausência de fontes alternativas de rendimentos, muitos habitantes do Porto Santo foram levados a procurar sustento na capital do distrito e muitos deles, a partir daí, acabaram por emigrar. As críticas do Governador Civil do Funchal fizeram-se sentir na sessão das Cortes de 21 de abril de 1855, onde afirma que: «o Governo não tinha tomado providencias bastantemente efficazes para lhes acudir com o remedio adequado»<sup>62</sup>. A situação tomava contornos ainda mais graves, porque a economia da Madeira também vivia tempos de crise profunda causada pela quebra da sua principal fonte de rendimento. A produção do vinho ficou reduzida a valores insignificantes que arrasou a principal fonte de rendimentos da população<sup>63</sup>. Foi no pico desta crise agrícola, em 1852, que se verificou o êxodo de mais de um milhar de madeirenses que deixaram a ilha rumo aos Estados Unidos da América<sup>64</sup>.

Os anos que seguem esta grave crise de alimentos no Porto Santo e na Madeira são de recuperação lenta, sendo que ainda em 1855, o governador civil do distrito aproveita a presença do Ministro da Marinha, numa sessão da Câmara dos Deputados, para pedir atenção ao Governo sobre a situação de grande precariedade na Madeira e no Porto Santo<sup>65</sup>.

A cólera atacou em 1856, levando também muitos porto-santenses a procurar apoio sanitário na Madeira<sup>66</sup>. Segundo o balanço apresentado pelo Governador, acorreram de todos os pontos da Ilha da Madeira, e até do Porto Santo, 1131 doentes, levando a uma situação de quase rutura do hospital, que só não encerrou a sua atividade porque obteve auxílio do Governo britânico, e de algumas pessoas pertencentes à comunidade britânica residente na Madeira. A emigração e a cólera originaram uma acentuada falta de mão de obra para os necessários trabalhos agrícolas, situação que levou o Governo decidir, por iniciativa do Governador Civil do Funchal, a isenção no fornecimento do contingente de recrutas que seria assignado na distribuição geral para esse ano<sup>67</sup>. Desta forma, encontrou-se uma solução temporária para minimizar a falta de mão de obra que se fazia sentir, e que era essencial para a manutenção da produção agrícola.

O último período de crise agrícola identificado durante o século XIX, verificou-se em 1878. Uma vez mais, um novo longo período de seca tornou-se fatal para

---

<sup>62</sup> *Diario do Governo*, 23-04-1855, n.º 94, p. 469.

<sup>63</sup> CÂMARA, 2002, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, pp. 89-93.

<sup>64</sup> FERREIRA, 1996, «Do Atlântico às Antilhas [...]», pp. 95-107.

<sup>65</sup> *Diario do Governo*, 23-04-1855, n.º 94, p. 469.

<sup>66</sup> *Diario do Governo*, 13-05-1857, n.º 111, p. 584.

<sup>67</sup> *Diario do Governo*, 11-05-1857, n.º 109, p. 572.

a produção agrícola, levando a quebras esperadas na ordem dos 90%<sup>68</sup>, mas que chegaram a ser superiores a 95%<sup>69</sup>. Na Madeira, a produção de cerealífera no Caniçal também se encontrava afetada pela falta de água da chuva, mas não tanto quanto o Porto Santo<sup>70</sup>. Este prolongado período de estiagem também se fez sentir no norte da Ilha da Madeira, onde se encontrava completamente secas muitas das ribeiras existentes, o que acabou por provocar grandes prejuízos agrícolas<sup>71</sup>.

A população do Porto Santo entrou mais uma vez numa situação de fome, levando ao êxodo de alguns homens para Machico à procura de trabalho. O Administrador do Concelho do Porto Santo oficiou o Governador Civil do distrito relatando o estado precário dos habitantes pobres daquele concelho, pelo que seria esperado que muitas mais pessoas seguissem para a Madeira à procura de trabalho<sup>72</sup>. A 17 de julho de 1878, o Governador Civil mandou empregar os homens que chegavam do Porto Santo nas obras públicas que decorriam em Machico e, para travar este movimento, solicitou ao Ministério das Obras Públicas autorização para realizar obras de melhoramento na Ilha do Porto Santo, para, dessa forma, auxiliar a sua população. Em julho de 1878, iniciaram as obras de melhoramento da igreja matriz da ilha e de encanamento da ribeira. Foram também enviados alguns moios de milho e dinheiro para ser distribuído pelos operários que iam trabalhar nas obras<sup>73</sup>. No entanto, as obras da ribeira e da igreja, que no seu total empregavam cerca de 40 pessoas por dia, não se revelou suficiente, sendo que muitos eram obrigados a roubar uvas das parreiras para matar a fome das crianças<sup>74</sup>.

À semelhança das crises agrícolas anteriores, foi constituída uma nova comissão encarregada de promover uma subscrição em benefício dos famintos do Porto Santo<sup>75</sup>. A adesão foi muito grande, e logo no primeiro dia de subscrição obtiveram perto de 150\$000 réis<sup>76</sup>. A meados de setembro, o Porto Santo já tinha recebido três moios de milho comprados com as primeiras somas obtidas por esta comissão<sup>77</sup>. A falta de excedentes era tanta que os agricultores foram obrigados a consumir o grão que costumavam reservar para a sementeira do ano seguinte, sendo que, se não

---

<sup>68</sup> *Diario de Noticias*, 14-07-1878, n.º 513, p. 1.

<sup>69</sup> *Diario de Noticias*, 15-08-1878, n.º 540, p. 1.

<sup>70</sup> *Diario de Noticias*, 04-06-1878, n.º 484, p. 1.

<sup>71</sup> *Diario de Noticias*, 14-08-1878, n.º 539, pp. 1-2.

<sup>72</sup> *Jornal do Commercio do Funchal*, 18-07-1878, n.º 4, pp. 1-2.

<sup>73</sup> *Diario de Noticias*, 18-07-1878, n.º 516, p. 1.

<sup>74</sup> *Diario de Noticias*, 15-08-1878, n.º 540, p. 1.

<sup>75</sup> A comissão foi composta pelo Conde do Carvalhal, por Nuno Teixeira e por João Bettencourt Mimoso.

<sup>76</sup> *Jornal do Commercio do Funchal*, 10-08-1878, n.º 24, p. 1.

<sup>77</sup> *Diario de Noticias*, 04-09-1878, n.º 556, p. 2.

fossem os donativos recebidos, nada teriam para lançar à terra quando chegasse o tempo das sementeiras.

A solidariedade estrangeira foi também evidente no dia 11 de agosto de 1878, quando ancorou no porto do Funchal um vapor francês, *Junon*, que realizava uma viagem à volta do mundo. Uma vez em terra, o comandante do navio tomou conhecimento pelo Governador Civil da fome que assolava a população do Porto Santo e ofereceu o seu navio para levar auxílio à população do Porto Santo. O vapor rumou no dia 12 de agosto para o Porto Santo, levando alguns cereais, bem como uma comissão encabeçada pelo Governador Civil do distrito<sup>78</sup>. Toda a comissão foi recebida com muito entusiasmo pela população do Porto Santo, sendo que, pela altura do desembarque foram recebidos com grande aparato pelos membros da Câmara, autoridades locais e muitos populares<sup>79</sup>. Na ata da sessão extraordinária que se realizou na Câmara, foi feita uma nota de agradecimento ao Governador Civil, Afonso de Castro, e ao Comandante do vapor *Junon*, pelo seu relevantíssimo serviço prestado à ilha do Porto Santo e à sua população<sup>80</sup>.

Encontramos evidências da realização de outras iniciativas populares, como a de um bazar de beneficência, promovido no importante arraial de Nossa Senhora do Monte, em benefício dos famintos do Porto Santo, que gerou uma quantia superior a 70\$000 réis<sup>81</sup>. Encontramos também notícia da realização de uma récita promovida pela Comissão do Cofre da Infância Desvalida, realizada a 9 de novembro, que rendeu mais de 89\$000 réis em benefício dos famintos do Porto Santo<sup>82</sup>. O *Diario de Noticias* também abriu também uma subscrição<sup>83</sup>, que acabou por render mais de 400\$000 réis<sup>84</sup>.

## **Conclusão**

A ilha do Porto Santo não conseguiu acompanhar o desenvolvimento verificado em Portugal nem se estrear com sucesso no sector secundário. A estratégia seguida pelo país, de especialização da exploração agrícola para fortalecer o comércio externo, sofreu vários obstáculos na Ilha do Porto Santo. Pudemos identificar como

---

<sup>78</sup> Foram ao Porto Santo o Governador Civil, o Comissário da Polícia e um empregado do Governo Civil, para se inteirarem da situação em que se encontrava a população dessa ilha.

<sup>79</sup> *Jornal do Commercio do Funchal*, 13-08-1878, n.º 26, pp. 1-2.

<sup>80</sup> ABM, CMPST, liv. 6, fls. 12v.-13.

<sup>81</sup> *Jornal do Commercio do Funchal*, 16-08-1878, n.º 28, p. 1.

<sup>82</sup> *Jornal do Commercio do Funchal*, 15-11-1878, n.º 103, p. 2.

<sup>83</sup> *Diario de Noticias*, 08-08-1878, n.º 534, p. 1.

<sup>84</sup> *Diario de Noticias*, 21-08-1878, n.º 544, p. 2.

fatores para o seu insucesso, a falta de investimento na modernização da tecnologia agrícola, bem como as dificuldades relacionadas com a falta de água para rega provocada por grandes períodos de seca. Destas condicionantes resultaram grandes carências sociais, marcadas pelos diversos períodos de fome, pela insustentabilidade da sua produção agrícola.

A exploração mineira de pedra de cal foi uma importante fonte de rendimento e de ocupação da população ativa do Porto Santo, mas esta atividade também sofreu importantes condicionantes relacionadas com a falta de matéria-prima para alimentar os fornos onde se transformavam a pedra calcária em cal. Esta condicionante quando adicionada às dificuldades nas ligações entre o Porto Santo e a Ilha da Madeira, principal mercado para venda de excedentes do Porto Santo, e com a entrada de cal vinda do reino a preços muito inferiores, fizeram com que esta atividade se fosse extinguindo ao longo do século.

A produção de sal através da construção de salinas, também tiveram a sua continuidade muito condicionada. Por um lado, porque a construção das salinas na ilha não era de boa qualidade, o que fazia com que ocorressem muitas perdas, obrigando a arranjos sucessivos e limitando a produção, e, por outro lado, porque a produção no Ilhéu de Fora era demasiadamente onerosa, porque implicava a deslocação via marítima do ilhéu para a Ilha do Porto Santo, tanto dos homens que lá iam fazer a exploração, como do resultado da produção.

Outro fator que contribuiu para a fraca atividade económica verificada durante o período em estudo, foi a falta de ligações com o exterior, pois as únicas ligações que se faziam com origem no Porto Santo, tinham como único destino a ilha da Madeira.

A escassez de alimentos e o isolamento marcaram o fracasso do modelo económico definido durante o século XIX para a Ilha do Porto Santo, e afetaram de forma negativa a evolução da sua população e a qualidade de vida dos seus habitantes.

## Quadros

Quadro 1 – População do Porto Santo (1675-1900)

Ano	População	Fogos	TCAM
1675	721	ND	--
1769	866	ND	0,20%
1784	870	220	0,03%
1789	870	ND	0,00%



1849	1810	450	1,23%
1850	1799	446	-0,61%
1864	1407	363	-1,74%
1875	1425	363	0,12%
1878	1706	435	6,18%
1900	2311	575	1,39%

Legenda: TCAM – Taxa de Crescimento Anual Média ((população ano n/ população ano n-1)^(ano n - ano n-1)-1); ND – Não Disponível.

Fontes: VIEIRA & RIBEIRO, 1989, *Anais do Município do Porto Santo*, pp. 50-52; MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDÚSTRIA, 1877, *Anuario Estatístico do Reino de Portugal [...]*, p. 107; SILVEIRA, 2001, *Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 a 1849 [...]*, vol. I, pp. 133-253 e vol. III, pp. 835-844; MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA, 1905, *Censo da População do Reino de Portugal, no 1.º de Dezembro de 1900*, vol. I, pp. 20-21.

Quadro 2 – Registo de Minas no Porto Santo, entre 1882 e 1900

<b>Mina</b>	<b>Local</b>	<b>Nome</b>	<b>Naturalidade</b>	<b>Data</b>
Pedra Calcária	Rocha do Ilhéu de Baixo (Zona Piquetes)	Lucínio Tomás da Silva Caldeira	Porto Santo	26/03/1887
Pedra Calcária	Rocha do Ilhéu de Baixo (Zona Quebrada do Forno)	Lucínio Tomás da Silva Caldeira	Porto Santo	10/03/1888
Pedra Calcária	Rocha do Ilhéu de Baixo (Zona Engrade Pequena)	Lucínio Tomás da Silva Caldeira	Porto Santo	20/04/1888
Pedra Calcária	Rocha do Ilhéu de Baixo (Zona Sombreiro)	Manuel Afonso Coelho	Porto Santo	13/06/1893
Pedra Calcária	Rocha do Ilhéu de Baixo (Zona Calhau do Forno)	António Joaquim de Freitas	Funchal	24/09/1896
Pedra Calcária	Rocha do Ilhéu de Baixo (Zona Calhau do Forno)	António Joaquim de Freitas	Funchal	29/09/1896
Pedra Calcária	Rocha do Ilhéu de Baixo (Zona Engrade Pequena e Escadinha)	Lucínio Tomás da Silva Caldeira	Porto Santo	25/09/1896
Pedra Calcária	Ilhéu de Baixo (Calhau do Forno)	António Joaquim de Freitas	Funchal	05/12/1896
Pedra Calcária	Rocha do Ilhéu de Baixo (Zona Jurado)	António Joaquim de Freitas	Funchal	09/02/1897

Pedra Calcária	Ilhéu de Baixo (Jurado)	António Joaquim de Freitas	Funchal	20/02/1897
Pedra Calcária	Ilhéu de Baixo (Sacadinha)	Lucínio Tomás da Silva Caldeira	Porto Santo	20/02/1897
Pedra Calcária	Ilhéu de Baixo (Poio da Poeira)	António Joaquim de Freitas	Funchal	19/05/1900
Pedra Calcária	Ilhéu de Baixo (Sítio das Feijãs)	António Joaquim de Freitas	Funchal	23/07/1900
Pedra Calcária	Ilhéu de Baixo (sítio da ponta do patacho)	Blandy Brother's	Funchal	23/07/1900
Pedra Calcária	Ilhéu de Baixo (sítio do Lombinho)	Joaquim José de Gouveia	Não descrito	01/09/1900

Nota: Foram encontrados outros registos de minas e pedreiras no Ilhéu de Baixo que por não especificarem se destinarem à exploração de pedra calcária não foram incluídos neste quadro.

Fontes: ABM, CMPST, livs. 120 e 124.

Quadro 3 – Arrematantes e montantes em réis, arrematados pela Câmara do Porto Santo pela renda das Salinas do Sítio das Marinhas e Ilhéu de Fora (1800-1900)

Data	Localização da Salina	Arrematante	Réis
1800	Sítio das Marinhas	António da Câmara Bettencourt	12\$050
	Ilhéu de Fora	?	10\$125
1803	Sítio das Marinhas	Manuel de Mendonça	11\$000
	Ilhéu de Fora	Manuel de Mendonça	5\$000
1807	Sítio das Marinhas	José de António Menino	12\$000
	Ilhéu de Fora	José de António Menino	5\$000
1808	Sítio das Marinhas	José de António Menino	12\$300
	Ilhéu de Fora	José de António Menino	6\$104
1809	Sítio das Marinhas	António Francisco Lomelino	9\$250
	Ilhéu de Fora	Francisco de Olim	3\$000
1810	Sítio das Marinhas	?	4\$800
	Ilhéu de Fora	Domingos Oliveira Sénior	4\$250
1811-1850			

1851	Sítio das Marinhas	José João Alencastre Rego	\$415
	Ilhéu de Fora	Pedro Melim de Vasconcelos	\$610
1852	Sítio das Marinhas	José João Alencastre Rego	\$415
	Ilhéu de Fora	João dos Santos	1\$295
1853	Sítio das Marinhas	Francisco António Alencastre Sénior	\$520
	Ilhéu de Fora	*	
1854	Sítio das Marinhas	Francisco António Alencastre Sénior	\$520
	Ilhéu de Fora	*	
1855	Sítio das Marinhas	Agostinho dos Santos	\$640
	Ilhéu de Fora	José João Velosa	\$400
1856	Sítio das Marinhas	José António Vasconcelos	\$510
	Ilhéu de Fora	Lourenço Pestana de Brito	1\$000
1857	Sítio das Marinhas	João Tomás de Castro	2\$010
	Ilhéu de Fora	Lourenço Pestana de Brito	\$750
1858	Sítio das Marinhas	Veríssimo da Câmara Ferreira	2\$000
	Ilhéu de Fora	Teodoro João Pestana	\$600
1859	Sítio das Marinhas	Luís Teixeira Velosa	2\$100
	Ilhéu de Fora	António Félix de Melim Sénior	2\$110
1860	Sítio das Marinhas	Filipe António Drumond	\$620
	Ilhéu de Fora	Sebastião José de Vasconcelos	1\$800
1861-1889			
1890	Sítio das Marinhas	João Gomes	2\$000
	Ilhéu de Fora	João da Vera Cruz	\$500
1891	Sítio das Marinhas	Tibúrcio de Alencastre Pestana	1\$000
	Ilhéu de Fora	Pedro Marcel da Câmara	\$200

1892	Sítio das Marinhas	Tibúrcio de Alencastre Pestana	\$720
	Ilhéu de Fora	João Pestana de Britto	\$210
1893			
1894	Sítio das Marinhas	João Gomes de Sousa	1\$500
	Ilhéu de Fora	*	*
1895-1897			
1898	Sítio das Marinhas	João Gomes de Sousa	\$500
	Ilhéu de Fora	*	*
1899	Sítio das Marinhas	João Gomes de Sousa	\$300
	Ilhéu de Fora	*	*
1900	Sítio das Marinhas	João Gomes de Sousa	\$600
	Ilhéu de Fora	Nazário Pedro de Melim	\$300

Nota: Os anos sem dados referem-se a anos em que não foram encontrados autos de arrematação, nos quais a própria Câmara procedeu à recolha do sal. Nestes anos, verificamos que nem sempre havia interesse da população em adquirir o sal colhido pela Câmara<sup>85</sup>.

O sinal "\*" indica a ausência de licitações.

Fontes: ABM, CMPST, livs. 2 a 7 e 168 a 176 e livro 79.

Quadro 4 – Produção agrícola no Porto Santo (1834-1862)

Ano	Vinho	Cereais
1834	43	537,93
1835	818	978,65
1836	1517	968,24
1837	1035	832,53
1838	1135	715,75
1839	513	327,11
1840	210	332,38
1841	920	550,55
1842	560	682,25
1843	958	885,26
1844	934	400,8
1845	687	711,86
1846	65	635,17
1847	790	804,63
1848	1087	500,75
1849	716	791,25
1850	193	100
1851	360	1228,67
1852	453	760,73

<sup>85</sup> ABM, CMPST, liv. 170, fl. 63.

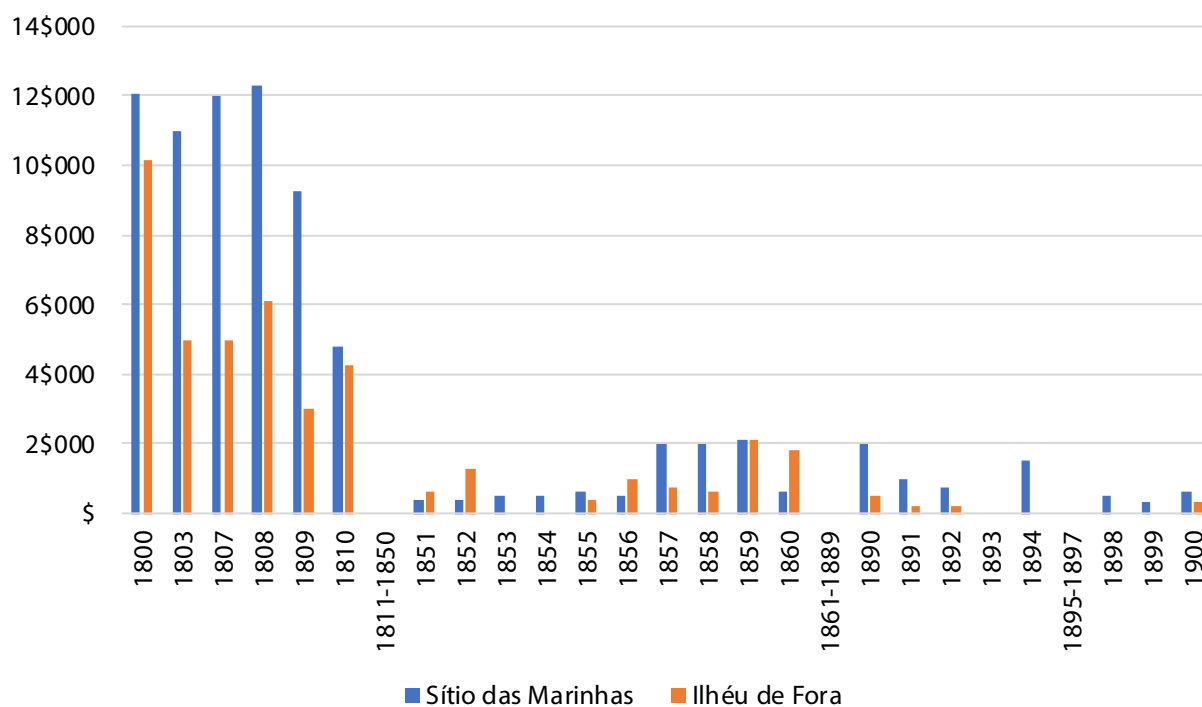
1853	205	933,83
1854	71	628,78
1855	15	727,9
1856	22	633,92
1857	6	80,5
1858	87	710,55
1859	54	659,5
1860	204	387,25
1861	206	524,1
1862	168	331,93

Nota: Quantidade de vinho em barris e quantidade de cereais em moios (cálculo do autor).

Fonte: VIEIRA & RIBEIRO, 1989, *Anais do Município do Porto Santo*, pp. 64-94.

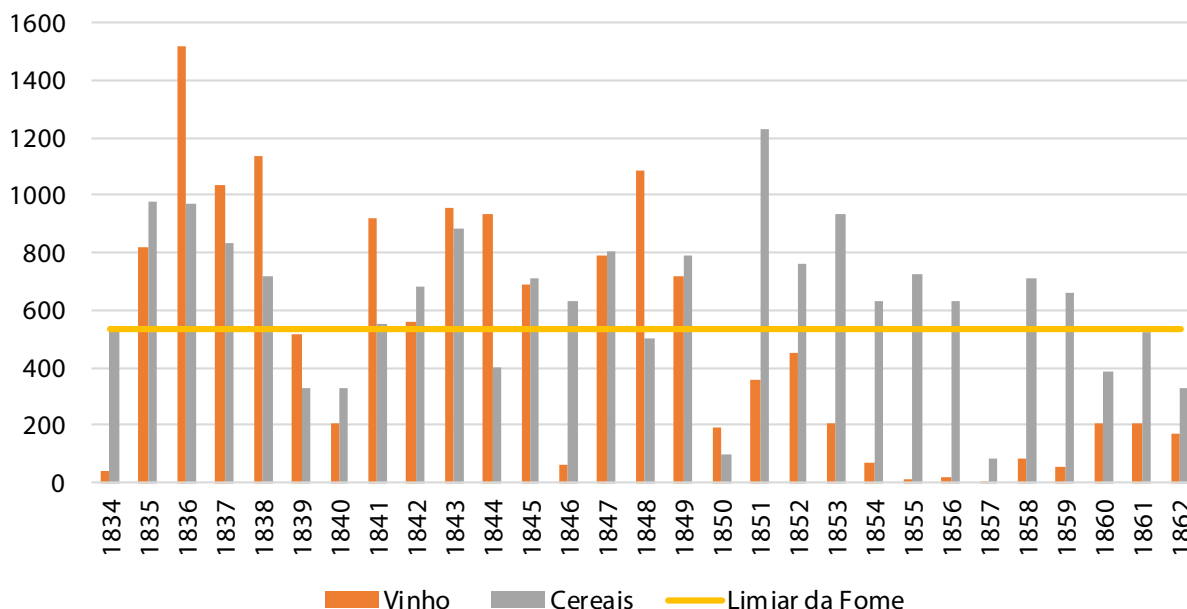
## Gráficos

Gráfico 1 – Evolução dos valores arrematadas pela Câmara do Porto Santo pelas salinas do Sítio das Marinhas e Ilhéu de Fora (1800-1900)



Fonte: ABM, CMPST, livs. 2 a 7 e 168 a 176.

Gráfico 2 – Produção de vinho e cereais no Porto Santo (1834-1862)



Nota: Quantidade de vinho em barris e quantidade de cereais em moios. O limiar da fome foi calculado em 535 moios de cereais anuais, de acordo com o socorro enviado do reino para o Porto Santo entre 1834 e 1862.

Fonte: VIEIRA & RIBEIRO, 1989, *Anais do Município do Porto Santo*, pp. 64-94.

## Fontes e Bibliografia

### Fontes Manuscritas

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Governo Civil, livro 536.

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Câmara Municipal do Porto Santo e Administração do Concelho do Porto Santo, livs. 2 a 7, 79, 120, 123, 124, 131, 152, e 168 a 176.

### Fontes Impressas

*Diario de Lisboa*, 1868.

*Diario de Noticias*, 1878.

*Diario do Governo*, 1847, 1849, 1850, 1852, 1853, 1855, 1857.

*Freeman's Journal*, 1853.

*Illustrated London News*, 1853.

*Jornal do Commercio do Funchal*, 1878.

*Manchester Times*, 1853.

- MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA, 1877, *Anuario Estatistico do Reino de Portugal, 1.º Anno 1875*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA, 1905, *Censo da População do Reino de Portugal, no 1.º de Dezembro de 1900*, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional.
- New York Times*, 1852 e 1853.
- Scottish Guardian*, 1853.
- SILVA, Antonio Delgado da, 1829, *Collecção da Legislação Portuguesa. Legislação de 1763 a 1774*, Lisboa, Typografia Maigrense.
- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da (coord.), 2001, *Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 a 1849. Edição Crítica*, 3 vols., Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- Sligo Champion*, 1852.
- Yorkshire Gazette*, 1852.
- VIEIRA, Alberto & RIBEIRO, João Adriano (introdução e notas), 1989, *Anais do Município do Porto Santo*, Porto Santo, Câmara Municipal de Porto Santo.

## Bibliografia

- CÂMARA, Benedita, 2002, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- FERREIRA, Jo-Anne Sharon, 1996, «Do Atlântico às Antilhas: O caso da Trinidad», in *Islenha*, n.º 19, pp. 95-107.
- MARTINS, Conceição Andrade, 2012, «A Agricultura», in LAINS, Pedro & SILVA, Álvaro Ferreira da, *História Económica de Portugal, 1700-2000*, vol. II, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 219-258.
- MOTA, Nuno, 2016, «Rede Viária: A prioridade da administração distrital», in *Junta Geral do Distrito do Funchal (1836 – 1976). Administração e História*, vol. 1, Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura, pp. 129-152.
- NEVES, Henrique Costa, 1993, «Aproveitamento de um Recurso Natural do Porto Santo: A cal e o seu transporte para a Madeira», in *Islenha*, n.º 13, pp. 134-137.
- PACHECO, Dinis Gouveia, 2020, «A Indústria da Cal no Concelho de São Vicente (Séculos XVII-XX)», in *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série*, n.º 2, pp. 493-542.
- PEREIRA, Miriam Halpern, s.d., *Diversidade e Crescimento Industrial*, disponível em [https://www.academia.edu/8178792/Diversidade\\_e\\_desenvolvimento\\_industrial\\_no\\_s%C3%A9culo\\_XIX\\_em\\_Portugal](https://www.academia.edu/8178792/Diversidade_e_desenvolvimento_industrial_no_s%C3%A9culo_XIX_em_Portugal).



- PROENÇA, Maria Cândida, 2015, *Dicionário de História de Portugal*, vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores.
- REIS, Jaime, 1984, «O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)», in *Análise Social*, vol. XX, n.º 80, pp. 7-28.
- RIBEIRO, João Adriano, 1997, *Porto Santo – Aspectos da sua Economia*, Porto Santo, Câmara Municipal do Porto Santo.
- SILVA, Pe. Fernando Augusto da & MENESES, Carlos Azevedo de, 1978, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- VEIGA, Teresa Rodrigues, 2004, *A População Portuguesa no Século XIX*, Porto, Afrontamento e CEPESE.